



EDITORIAL

A URGÊNCIA DE REINVENTAR O COMUM

“Estamos em guerra! Não sei porque você está me olhando com essa cara tão simpática” (Airton Krenak).

“... a guerra é a continuação da política por outros meios” (Focault).

“... a política deve ser a arte de fazer possível o impossível” (Marta Harnecker)

Há pelo menos meio século, a humanidade reconhece que o planeta arde. Desde Estocolmo, em 1972, passando pelo Rio-92, pelo Protocolo de Kyoto, até o Acordo de Paris e as sucessivas COPs, acumulamos diagnósticos e resoluções que atestam o óbvio: a mudança climática não é ameaça futura, mas realidade presente. E, no entanto, o paradoxo se repete como uma ferida que se recusa a cicatrizar: enquanto conferências internacionais se multiplicam, promessas se empilham e relatórios se adensam, o motor do desenvolvimento industrial-financeiro segue avançando, alimentado pelo mesmo combustível de sempre — a acumulação sem limites, a mercantilização da vida, a transformação da própria natureza em ativo de mercado. As riquezas produzidas a partir dessa devastação segue sendo apropriada de maneira muito desigual. As desigualdades só se aprofundam, global e localmente. O fosso entre o que é necessário e o que tem sido feito é cada vez mais abismal.

A razão desse fosso é política e estrutural. O capitalismo industrial — e, depois, sua fase contemporânea de financeirização — não é apenas um arranjo técnico de produção; é uma máquina de valor que internaliza ganhos privados e *externaliza* custos sociais e ecológicos. Na última década o fenômeno vem sendo descrito com precisão. Terras, florestas, serviços ecossistêmicos e até a atmosfera (via a ideia de “créditos”) são transformados em instrumentos financeiros. A financeirização da natureza promete corrigir falhas de mercado, enquanto frequentemente reproduz e amplia práticas de apropriação. Na prática, vende-se o direito de poluir, cria-se um mercado de remédios climáticos e, com isso, abre-se nova frente de especulação sobre territórios e vidas.

Os dados científicos mais recentes não deixaram espaço para complacência. Não é de hoje que os relatórios de avaliação do IPCC sintetizam evidências de que os impactos climáticos já se manifestam com intensidade crescente e que evitar cenários catastróficos exige transformações



rápidas, profundas e simultâneas em sistemas energéticos, agrícolas, urbanos e financeiros. A degradação ambiental tem impactos cotidianos na vida da população. É um problema que afeta a saúde pública em todos os cantos do globo. Poluição do ar, solo e água traduz-se em mortalidade e morbidade evitáveis (doenças respiratórias, cardiovasculares, intoxicações por metais pesados etc.). Não faltam estudos que estimam que a poluição está entre as principais causas de morte que poderiam ser evitadas no mundo, com milhões de vidas perdidas anualmente e impactos econômicos significativos sobre comunidades e sistemas de saúde.

Na Amazônia, a expansão do agronegócio e da mineração ameaça territórios indígenas e provoca violência direta contra lideranças. No Cerrado, comunidades quilombolas perdem seus territórios para monoculturas de soja e cana. As comunidades ribeirinhas enfrentam a mortandade de peixes e a perda de meios de subsistência em razão de barragens e poluição industrial. As consequências, portanto, não são abstratas. Elas se insinuam no prato e no pulmão, na seca e na enchente, no alimento contaminado e na água poluída. Elas se materializam nos corpos das populações indígenas expulsas de suas terras, dos ribeirinhos que veem seus rios transformados em esgoto, dos quilombolas sitiados pelo avanço do agronegócio. São biomas devastados, territórios mutilados e culturas inteiras colocadas em risco. Não há separação possível entre ecologia e justiça social. A defesa do ambiente é inseparável da defesa dos povos que o habitam e o preservam. O que os economistas chamam de “externalidades” negativas não são acidentes colaterais, mas o próprio coração de um modelo que se sustenta na depredação da vida.

Os impactos, porém, não se distribuem igualmente. As populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e as comunidades camponesas costumam pagar o preço mais alto. São elas que enfrentam o deslocamento forçado, o envenenamento de recursos hídricos, a perda de práticas alimentares e culturais, a criminalização da resistência e a violência direta sobre seus corpos, violência que muitas vezes resulta em morte. No Brasil, tragédias como a ruptura das barragens de rejeitos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) escancararam a confluência entre indústria extrativista, fragilidade regulatória e danos sociais-ambientais maciços — lembram que “externalidade” ali significa destruição de modos de vida inteiros. A proteção efetiva desses direitos está ligada tanto a instrumentos internacionais quanto à mobilização local e à capacidade de justiça restaurativa; em muitos casos, porém, o sistema judicial e as negociações compensatórias mostram-se, reiteradamente, insuficientes para recompor vidas e ecossistemas.



Nos discursos institucionais e no mercado, a cada movimento da sociedade organizada no sentido de cobrar e buscar saídas, são apresentadas, com nova maquiagem — seguindo sempre a mesma lógica — soluções que prometem conciliar conservação e capital: mercados de carbono, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal/REDD+, créditos de biodiversidade, mecanismos de pagamento por serviços ecossistêmicos. Mas crescem as evidências críticas, e as análises mais recentes apontam que muitos projetos sobrestimam reduções, criam incentivos que pervertem a lógica declarada da proteção ecossistêmica e podem resultar em violações de direitos, deslocamentos ou conservação instrumentalizada — uma mercantilização que, além de frágil em termos de integridade climática, tende a reproduzir desigualdades.

Os mecanismos de mercado são instrumentos de produção e reprodução de desigualdades. Polui-se o rio de uma comunidade pobre porque ela tem menos poder político para resistir. A solução do mercado frequentemente aprofunda a injustiça. Os ricos pagam para poluir e os pobres arcam com os custos da degradação ou são removidos de seus territórios para a criação de unidades de conservação ou projetos de compensação. Em suma, a financeirização e seus mecanismos de mercado preservam estruturas de poder enquanto transfere a responsabilidade pela degradação produzida para os territórios já vulnerabilizados.

O capitalismo, como sistema, depende da produção de desigualdades. A externalização de custos ambientais é chave nesse processo. Ela não é uma falha, mas uma característica. O capital trata a natureza como uma mina infinita de recursos e ao mesmo tempo como um esgoto, um sumidouro também infinito, de resíduos. Esta é uma premissa estrutural, não é um erro que se possa corrigir, arranjar, equacionar. Não existe possibilidade de “crescimento verde” ou desacoplamento da lógica da acumulação e reprodução expandida em uma escala que importa, que faça diferença no global. Os mecanismos da financeirização empregados na propalada proteção socioambiental fazem o contrário do que anunciam, eles subordinam a vida, e tudo que lhe serve de base, à valorização financeira. Longe de ser uma solução ela é a etapa suprema da mercantilização. Ela representa a colonização final dos bens comuns (*commons*) planetários pela lógica da reprodução do capital.

Se o diagnóstico é severo, há também acúmulo de alternativas práticas e políticas — não apenas ideias abstratas. Movimentos sociais (a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores sem Terras entre os mais visíveis), redes de agroecologia, experiências comunitárias de soberania alimentar, propostas do “bem-viver” e correntes teóricas do decrescimento e da economia regenerativa apresentam repertórios concretos assentados em práticas de produção camponesa que



reduzem insumos industriais; vislumbram modelos de governança comunitária; constroem brechas, como os direitos da natureza incorporados em constituições (como em experiências andinas); trabalham com estratégias de transição justa que articulam empregos, formação e proteção social na transição para economias de baixo carbono. Essas experiências partilham um traço comum. Elas se esforçam por reenquadrar valor como reciprocidade e cuidado em vez de mera extração de lucro. Mas precisamos também imaginar outros ainda não experimentados.

O horizonte imediato pode parecer estreito e saturado pelas promessas vazias do mercado, mas é justamente nesse impasse que precisamos exercitar a imaginação política. Donna Haraway nos lembra que teoria não é mera descrição da realidade, mas também fabulação, criação de figuras que nos autorizam a pensar o impensável. Seu “ciborgue” e seu “Chthuluceno” não são metáforas ornamentais e sim, são gestos de ruptura que podem quebrar dualismos naturalizados e, talvez, ter a força de nos convocar a habitar outras possibilidades de existência. No coração da crise ecológica, imaginar é um ato radical. É pela invenção de mundos — mundos de cooperação multiespécies, de reciprocidade em lugar de acumulação, de cuidado em vez de expropriação — que abrimos espaço para que alternativas hoje minoritárias se tornem viáveis. Sem essa fabulação crítica, permaneceremos confinados ao círculo vicioso do capital, incapazes de conceber saídas para além da sua gramática devastadora. Imaginar, como insiste Haraway, **não é fuga, é condição** de sobrevivência.

Mas o desafio é titânico. As forças que alimentam o modelo atual são poderosas, globalizadas, entranhadas em instituições políticas e econômicas que capturam não só a pauta ambiental, mas se esforçam para manter nossas mentes presas à alternativas ontologicamente falidas. As Conferências Internacionais, os Painéis, as Cúpulas, em muitos casos, são palcos de retórica sem consequência. São promessas que não se cumprem, compromissos que não atravessam o papel. As COPs seguem evidenciando a estratégia do “muito barulho por nada” e a realização da COP 30 no Brasil é só mais um ato nesse teatro de farsas. Entre o diagnóstico lúcido da ciência e a inércia da política, escorre o tempo — e com ele se esvai a chance de evitar o irreversível.

E os caminhos para outros mundos possíveis são também caminhos políticos. transformações necessárias são, por definição, políticas. São negociações de poder, disputa por agendas, desenho de instrumentos públicos e — acima de tudo — democratização das decisões sobre recursos e futuro. Instrumentos técnicos sem bases democráticas ou sem participação real das populações afetadas tendem a ser capturados por interesses corporativos. A categoria do “*just transition*” (transição justa)



é um exemplo de tentativa de institucionalizar equidade no processo de mudança — exigindo diálogo social, planos industriais e proteção laboral —, mas sua concretização depende de vontade política e financiamento público direcionado. Em outras palavras: sem política radicalmente redistributiva, as tecnologias por si só não desatam os nós estruturais do problema.

O cerne da questão permanece — e aqui é preciso sermos claros e sem eufemismos: enquanto a reprodução ampliada do capital depender de extração contínua, a coexistência entre acumulação infinita e limites biofísicos será cada vez menos possível. Isso não significa que mudanças pontuais são inúteis; significa que elas não serão suficientes nem socialmente justas se não forem parte de um projeto maior de reestruturação. A alternativa real exige redesenhar fluxos de investimento, restringir a captura privada de bens comuns, garantir direitos territoriais efetivos, promover economias do cuidado e instituir mecanismos que coloquem a preservação da vida como prioridade normativa.

É preciso, portanto, chamar as coisas pelo nome: a crise ambiental não é um problema técnico, nem um acidente de percurso. É a ferida produzida por um modelo civilizatório que devora as possibilidades de futuro. É uma ferida que sangra. A cada árvore tombada, a cada rio envenenado, a cada espécie extinta, não perdemos apenas biodiversidade, perdemos a possibilidade de futuro próximo e de futuro da espécie humana. Até quando seguiremos buscando a conciliação impossível entre acumulação de capital e preservação da vida? Até quando naturalizaremos a devastação em nome de um progresso que já não promete futuro?

Essas perguntas são, ao mesmo tempo, um convite e um alerta. Convite à reflexão crítica e, sobretudo, à ação coletiva. Alerta de que já não há tempo para ilusões conciliatórias. Se quisermos existir como humanidade, será preciso reinventar o próprio sentido de desenvolvimento, recusar o deserto que se anuncia e afirmar, com coragem, que outro mundo não é apenas possível: é urgente. O tempo da Terra não espera. E a ação política não pode mais hesitar.

Morrinhos, 17 de setembro de 2025.

Vilma de Fátima Machado